n.º 35-A/2008, de 28 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 29 de julho de 2008, alterado e republicado pelo despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de abril de 2009, procede-se, por declaração da entidade emitente, à anulação do despacho n.º 12039/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de setembro de 2013, em virtude de o mesmo já ter sido publicado no despacho n.º 11382-B/2013, *Diário da República*, 2.ª série, suplemento, n.º 168, de 2 de setembro de 2013.

20 de setembro de 2013. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

207268328

Despacho n.º 12469/2013

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 9535/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 24 de julho de 2013, com vista ao preenchimento do cargo de chefe de divisão da Unidade Ministerial de Compras, cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Maria Julieta Henriques Carvalho dos Santos, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Unidade Ministerial de Compras.

Assim, designo para o cargo de chefe de divisão da Unidade Ministerial de Compras a licenciada Maria Julieta Henriques Carvalho dos Santos, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

A designada fica autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição de base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º do citado diploma legal.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de outubro de 2013.

25 de setembro de 2013. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

ANEXO

**Nota curricular
de Maria Julieta Henriques Carvalho dos Santos**

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Julieta Henriques Carvalho dos Santos.
Data de nascimento: 20 de agosto de 1965.

2 — Habilitações académicas:

1989 — Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada.

3 — Formação específica:

Curso FORGEP, Programa de Formação em Gestão Pública, ministrado pelo INA, em 2007.

4 — Experiência profissional:

Desde dezembro de 2012 até à data — exercício das funções de jurista no Departamento Financeiro do IFAP — Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.;

Desde março de 2010 a dezembro de 2012 — coordenadora do Núcleo de Contratação Pública do IFAP — Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.;

Desde março de 2008 a março de 2010 — subdiretora-geral de Veterinária;

Desde julho de 2005 a março de 2008 — chefe do Gabinete Jurídico da Direção-Geral de Veterinária;

Desde maio de 1997 a julho de 2005 — exercício das funções de jurista no Gabinete Jurídico da Direção-Geral de Veterinária;

Desde abril de 1993 a maio de 1997 — exercício das funções de jurista na Divisão de Apoio Jurídico do Instituto de Proteção da Produção Agroalimentar;

Desde fevereiro de 1990 a abril de 1993 — exercício das funções de jurista no Gabinete de Apoio Jurídico da Direção-Geral da Pecuária.

Formadora nas áreas de direito administrativo, direito contraordenacional e legislação específica da Direção-Geral de Veterinária.

207277108

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica**Declaração de retificação n.º 1046/2013**

No número do *Diário da República* a seguir indicado deve ser considerada a seguinte retificação:

Por ter saído com inexatidão o aviso n.º 11431/2013 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176, de 12 de setembro de 2013, retifica-se que, a p. 28549, onde se lê «ficando posicionada entre a 4.ª e 5.ª posição remuneratória, e entre o nível remuneratório 9 e 10» deve ler-se «ficando posicionada na 7.ª posição remuneratória, e no 12 nível remuneratório».

12 de setembro de 2013. — O Inspetor-Geral, *Francisco Lopes*.

207268393

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.**Despacho n.º 12470/2013**

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação de 2013-05-09, do Conselho Diretivo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P. subdelego na coordenadora técnica Maria de São José dos Santos Costa Januário os poderes que me foram delegados através da referida deliberação, para permitir aos trabalhadores do Departamento de Barragens de Betão deste Laboratório Nacional a condução de viaturas oficiais, nas condições estabelecidas no artigo 2.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro.

20 de setembro de 2013. — A Diretora de Serviços de Recursos Humanos e Logística, *Ana Paula Seixas Morais*.

207268903

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E ENERGIA****Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente****Despacho n.º 12471/2013**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, como técnico especialista do meu gabinete, para exercer funções da área da sua especialidade, o engenheiro Pedro Miguel Ferreira Cardoso da Silva, técnico superior da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, com efeitos a 26 de julho de 2013.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório do designado é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

23 de agosto de 2013. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Paulo Guilherme da Silva Lemos*.

NOTA CURRICULAR

Dados pessoais

Nome — Pedro Miguel Ferreira Cardoso da Silva
Data de Nascimento — 17/02/1974

Habilitações académicas

Pós-graduação em “Gestão e Políticas Ambientais”, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL) (junho 2003)

Licenciatura em Engenharia do Ambiente - ramo Engenharia Sanitária, pela FCT-UNL (outubro 1997)

Experiência profissional

Técnico Especialista do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, do XIX Governo Constitucional (março de 2012 a fevereiro de 2013 e de fevereiro de 2013 a julho de 2013)